

PROTOCOLO Nº: 117374/24
ORIGEM: MUNICÍPIO DE PRADO FERREIRA
INTERESSADO: MARIA EDNA DE ANDRADE
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL
PARECER: 1254/24

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL. Exercício de 2023. Pela emissão de Parecer Prévio recomendando a regularidade com ressalva, nos termos deste opinativo.

Versam os correntes autos sobre a Prestação de Contas do Prefeito Municipal de Prado Ferreira, relativa ao exercício de 2023.

Seguindo os parâmetros de análise delimitados pelo artigo 18 da Instrução Normativa n.º 172/22, a Douta Coordenadoria de Gestão Municipal (Instrução n.º 3506/24), após proceder à exposição de “*dados e indicadores gerais sobre aspectos territoriais, demográficos, econômicos e administrativos do município*” (item 1), e à avaliação da implementação das políticas públicas (itens 2 e 4.2), circunscrita à apreciação da Execução Orçamentária e Financeira do Município (item 3), opinou pela regularidade das contas quanto aos aspectos orçamentários e financeiros do ente (item 4.1).

Subsidiado na análise técnico-contábil realizada, nada tem a opor este Ministério Público em relação à conclusão alcançada no que toca ao escopo de análise disposto no Anexo I da referida Instrução Normativa.

Quanto aos resultados obtidos na Avaliação da Atuação Governamental¹, ratificados pela Unidade Técnica após a concessão de contraditório (Instrução n.º 6011/24 - CGM)², este *Parquet*, além de (i) sugerir à i. Prefeita Municipal que observe as pontuações obtidas nos respectivos campos com o propósito de corrigir falhas e aperfeiçoar os níveis de atendimento nas questões estabelecidas, (ii) opina pela **aposição de ressalva** quanto à área da Assistência Social, tendo em vista que, ***ainda que seja alterada a pontuação referente ao exercício em exame***, permanecerá a variação negativa de 7,10% em comparação com exercício financeiro anterior e a primeira incidência do Vetor 1 durante a gestão da Alcaide, conforme se deduz do enquadramento da nota certificado pela d. CGM³.

Registre-se que este opinativo se restringe aos elementos de análise definidos pela Instrução Normativa n.º 172/22, alterada pela Instrução Normativa n.º

¹ Segregada nas áreas de Educação, Saúde, Assistência Social, Transparência e Relacionamento com o Cidadão e Administração Financeira.

² Considerando que a eventual alteração na pontuação não afastaria a incidência do vetor 1 na área da Assistência Social.

³ Efetuado diante das hipóteses objetivamente previstas no Anexo II da IN n.º 172/22.

185/24, e não exclui a possibilidade de apuração de eventuais irregularidades em procedimentos próprios.

Curitiba, 19 de dezembro de 2024.

ASSINATURA DIGITAL

JULIANA STERNADT REINER
Procuradora do Ministério Público de Contas

GB